

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

Processo Seletivo de Estágio - 2023

Nome completo:

Nº do CPF

Assinatura do candidato

- Verifique se este caderno:
- Contém 80 questões, numeradas de 1 a 80;
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C,D, E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de resposta;
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.
- As respostas deverão ser marcadas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Administração Pública deve obedecer aos seguintes princípios expressos, exceto:

- a) Legalidade: significa que os atos administrativos devem estar de acordo com a lei e com o interesse público.
- b) Impessoalidade: significa que os atos administrativos devem ser praticados sem favorecimento ou discriminação de pessoas, visando apenas o interesse público.
- c) Eficiência: significa que os atos administrativos devem ser realizados com rapidez, qualidade e economia de recursos, buscando o melhor resultado possível.
- d) Hierarquia: significa que os atos administrativos devem respeitar a ordem de subordinação entre os órgãos e agentes públicos, obedecendo às competências e atribuições de cada um.

2. O servidor público, via de regra, deve justificar todas as ações que realizar, com base em fundamentos legais. Esse princípio que orienta a Administração Pública é chamado de

- a) Impessoalidade.
- b) Eficiência
- c) Proporcionalidade
- d) Motivação

3. Assinale a assertiva correta. A autorização:

- a) É um ato vinculado.
- b) É um ato declaratório.
- c) É um ato precário.
- d) Deve ser precedida de indenização prévia ao prejudicado pelo ato

4. Quando a lei estabelece todos os requisitos e condições para a realização de um ato administrativo, sem deixar qualquer margem de liberdade para a atuação do administrador, estaremos diante de um ato:

- a) Discricionário;
- b) De expediente;
- c) Interno;

d) Vinculado

5. Guilherme, agente público, compareceu à sede da Administração Pública, postulando a emissão de uma certidão versando sobre a sua situação funcional, sendo imediatamente atendido.

Nesse cenário, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

- a) Enuciativo;
- b) Ordinatório;
- c) De controle
- d) Negocial.

DIREITO CONSTITUCIONAL

6. A Constituição da República de 1988, elenca objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- b) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- c) Intervir em conflitos internacionais;
- d) Garantir o desenvolvimento nacional.

7. A República Federativa do Brasil (RFB) constitui-se em Estado democrático de direito e sua Constituição Federal diz, expressamente, que todo o poder emana do povo. Conforme o texto constitucional, esse poder

- a) É exercido diretamente por meio do voto, por meio do qual o povo escolhe seus representantes no Congresso Nacional;
 - b) Deve buscar a integração econômica, política, social e cultural das diversas regiões do país, visando à diminuição das desigualdades sociais;
 - c) É exercido de forma indireta, por meio de representantes eleitos, podendo também ser exercido diretamente;
 - d) É independente e harmônico, constituindo o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
-

8. Escolha a assertiva correta que contém um dos direitos ou deveres individuais e coletivos conforme estabelecidos pela Constituição Federal da República:

a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

b) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo nos casos de crimes hediondos.

c) É livre a manifestação do pensamento, sendo livre o anonimato;

d) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitido a de caráter paramilitar;

9. Com relação a organização estatal e acumulação de cargos assinale a alternativa INCORRETO:

a) É permitida a soma de remuneração de cargos públicos independente da função exercida;

b) É vedada acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos de professor;

c) É vedada acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

d) É vedada a soma de remuneração de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

10. Assinale os remédios constitucionais gratuitos, assim previsto na Constituição Federal de 1988:

a) Habeas corpus e habeas data;

b) Mandado de segurança e mandado de injunção;

c) Habeas corpus e mandado de segurança;

d) Mandado de injunção e habeas data.

11. No direito brasileiro, NÃO é admitida a pena de:

a) Perda de bens;

b) Multa;

c) Suspensão de direitos;

d) Caráter perpétuo.

12. Segundo a Constituição Federal, quando uma pessoa é ameaçada de ter a liberdade de locomoção restringida de maneira ilegal terá direito a:

a) Alvará de segurança;

b) Habeas data;

c) Ação popular;

d) Habeas corpus.

13. Considerando o texto da Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa que contém um direito ou garantia fundamental:

a) Qualquer um pode entrar na casa do indivíduo, sem precisar de determinação judicial;

b) É livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato;

c) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição;

d) A intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas não são invioláveis.

14. Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de

a) Anistia, graça e fiança;

b) Anistia, fiança e liberdade provisória;

c) Graça, fiança e progressão de regime de cumprimento de pena;

d) Anistia, graça e liberdade provisória.

15. Sobre o Poder Judiciário assinale a assertiva correta:

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente a extradição solicitada por Estado estrangeiro;

b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional,

da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;

c) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;

d) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar originariamente os crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

DIREITO CIVIL

16. O conceito de personalidade está umbilicalmente ligado ao de pessoa. Todo aquele que nasce com vida torna-se uma pessoa, ou seja, adquire personalidade. (...) Pode ser definida como aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações ou deveres na ordem civil. (Gonçalves, Carlos Roberto, 2023, fl. 39).

Considerando essas premissas acerca do Direito de Personalidade assinale a alternativa CORRETA:

- a) Toda pessoa tem direito somente ao nome, nele compreendidos e o sobrenome;
- b) É lícito o uso do nome alheio em propaganda comercial;
- c) O pseudônimo adotado para atividades ilícitas goza da proteção que se dá ao nome;
- d) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

17. Segundo os Professores Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, em sua obra Curso de Direito Civil: parte geral, 2023, fl.49, a incapacidade absoluta “traduz falta de aptidão para praticar pessoalmente atos da vida civil. Encontra-se nessa situação a pessoa a quem falte capacidade de fato ou de exercício”.

Considerando essa informação julgue os itens que estão corretos, quanto a incapacidade absoluta:

- I - São incapazes absolutamente os menores de 16 (dezesseis) anos;
 - II - São incapazes absolutamente os ébrios habituais e os viciados em tóxico;
 - III - São incapazes absolutamente os pródigos.
- a) Está correto somente o item I;
 - b) Estão correto os itens II e III;
 - c) Está correto somente o item II.
 - d) Estão corretos todos os itens.

18. O Código Civil brasileiro prevê algumas espécies de pessoas que possuem domicílio necessário, independente das disposições gerais sobre o tema. Assinale a alternativa que elenca todas essas hipóteses.

- a) O incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- b) Administração ou diretoria de pessoa jurídica com sede jurídica no estrangeiro, o servidor público, o marítimo e o preso.
- c) Administração ou diretoria de pessoa jurídica com sede jurídica no estrangeiro, o agente diplomático brasileiro e o preso.
- d) O incapaz, o agente diplomático brasileiro, o militar e o preso

19. Em consonância com o Código Civil Brasileiro, no que versa a respeito do domicílio, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Muda-se o domicílio, transferindo a residência, mesmo sem a intenção manifesta de mudar.
- b) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde está exercida.
- c) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, a sede da prefeitura do lugar onde for encontrada.
- d) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio a residência onde se estabeleceu primeiro, apenas.

20. De acordo com o Código Civil, a posse pode ser classificada em justa

- a) Quando duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa.
- b) Se não for violenta, clandestina ou precária.
- c) Se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- d) Somente quando tiver justo título.

21. São efeitos da morte da pessoa natural:

- a) A emancipação tácita dos herdeiros e sucessores menores.
- b) Extinção do poder familiar e a dissolução da sociedade conjugal.
- c) Dissolução da associação a que pertencia a pessoa falecida e a extinção do poder familiar.
- d) Abertura de sucessão provisória e a extinção da sociedade conjugal.

22. Dois irmãos viajavam em férias. Houve um acidente com o helicóptero que os transportavam, tendo este explodido no ar sem deixar sobreviventes. Sobre a situação descrita, observado o Código Civil brasileiro, presume-se:

- a) A morte simultânea de ambos;
- b) Que o solteiro morreu primeiro;
- c) Que o mais velho morreu primeiro;
- d) Que o mais jovem morreu primeiro.

23. De acordo com o Código Civil, o casamento:

- a) Dispensa habilitação se ambos os cônjuges forem maiores e capazes;
- b) É civil e sua celebração gratuita;
- c) Religioso não produz efeitos civis, em nenhuma hipótese.
- d) Pode ser contraído entre colaterais, a partir do terceiro grau.

24. Ivan passou no concurso da Câmara Municipal aos 17 anos de idade e, por ordem judicial, conseguiu tomar posse no cargo efetivo. Quanto à situação descrita, observado o Código Civil brasileiro, é correto afirmar que:

- a) A aprovação no concurso faz cessar a incapacidade civil de Ivan;
- b) Ivan só poderá praticar atos da vida civil após completar 21 anos;

- c) Ivan só poderá praticar atos da vida civil após completar 18 anos.
- d) A posse e exercício do cargo efetivo faz cessar a incapacidade civil de Ivan.

25. Segundo o Código Civil, a perda do poder familiar é a forma mais grave de destituição desse poder, dando-se por ato judicial quando o pai ou mãe:

- a) Incidir nas faltas aos deveres inerentes aos pais ou arruinando os bens dos filhos de forma reiterada;
- b) Castigar imoderadamente o filho;
- c) Abandonar os filhos;
- d) Todas as alternativas estão corretas.

26. Quando não há acordo entre mãe e pai, mas ambos estão aptos a exercer o poder familiar e desejam exercer a guarda no melhor interesse do(s) filho(s), como deverá decidir o juiz, segundo o Código Civil:

- a) Concederá a guarda unilateral à mãe, regulamentando a visitação do pai;
- b) Concederá a guarda unilateral ao pai, regulamentando a visitação da mãe;
- c) Concederá a guarda compartilhada, em que o tempo de convívio com o(s) filho(s) deve ser dividido de forma equilibrada de acordo com as condições fáticas da mãe e do pai.
- d) Concederá a guarda alternada, determinando que o(s) filho(s) passe(m) obrigatoriamente uma semana sob a responsabilidade e autoridade exclusiva da mãe e na semana seguinte, sob a responsabilidade e autoridade exclusiva do pai.

27. No regime da comunhão parcial de bens do casamento, comunicam-se

- a) Os bens adquiridos a título oneroso na constância da sociedade conjugal, se móveis por qualquer dos cônjuges, e se imóveis, apenas se com o concurso financeiro e em nome de ambos;
- b) As obrigações provenientes de atos ilícitos;
- c) Quaisquer bens adquiridos a título oneroso, exceto os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge.
- d) Os bens que forem adquiridos na constância do casamento a título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges.

28. No que se refere ao casamento, união estável e união homoafetiva, é correto afirmar que:

- a) Configura causa suspensiva o casamento do adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante;
- b) O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equiparase a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir de seu registro;
- c) A eficácia do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, incluindo as hipóteses de regime obrigatório de separação de bens;
- d) A dissolução de união estável homoafetiva, segundo a jurisprudência dos tribunais superiores, é de competência da vara de família e não de varas cíveis.

29. Sobre a filiação e o reconhecimento dos filhos, assinale a alternativa correta.

- a) O filho maior poderá ser reconhecido sem o seu consentimento, e o menor pode impugnar o reconhecimento, nos quatro anos que se seguirem à maioria, ou à emancipação.
- b) Mesmo que haja justo interesse, não poderá qualquer pessoa contestar a ação de investigação de paternidade ou de maternidade.
- c) Presumem-se concebidos no casamento os filhos havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga.
- d) Confissão materna de per si é suficiente para excluir a paternidade.

30. NÃO é causa de perda da propriedade:

- a) A alienação;
- b) A renúncia;
- c) O abandono;
- d) A deterioração da coisa

PROCESSO CIVIL

31. Sobre as normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa;

b) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé;

c) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, sem exceção, serão públicos;

d) Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

32. Sobre a jurisdição, assinale a alternativa correta.

I – A jurisdição civil, por ter a característica da generalidade, tem seu âmbito de atuação definido por exclusão.

II – É uma das funções do Estado. A função jurisdicional compete ao Poder Judiciário. A jurisdição como função expressa o encargo que têm os órgãos estatais de promover a pacificação de conflitos interindividuais, mediante a realização do direito justo e através do processo.

III – Em linhas gerais, tradicionalmente se considera a jurisdição voluntária como procedimento sem litigiosidade.

- a) Somente o item I está correto;
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Todos os itens estão corretos.

33. Sobre o processo de conhecimento, assinale a alternativa incorreta.

a) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, extinguirá de imediato o processo;

b) Em determinadas situações excepcionais, o CPC permite que o pedido seja genérico;

c) O procedimento comum pode ser aplicado subsidiariamente aos procedimentos especiais e ao processo de execução;

d) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

34. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão:

- a) Somente os dias úteis, quando os prazos forem processuais.
- b) Todos os dias corridos.

- c) Dias úteis e feriados.
- d) Somente os dias úteis, inclusive quando os prazos forem de natureza material.

35. Sobre a competência, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu;
- b) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de domicílio do réu.
- c) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.
- d) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

36. Considera-se como impedido para julgar o processo o magistrado que:

- a) Em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;
- b) Seja amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;
- c) Seja interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes;
- d) Receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo.

37. Sobre a tutela provisória, assinale a alternativa correta:

- a) A tutela provisória requerida em caráter incidental não depende do pagamento de custas;
- b) A tutela provisória pode fundamentar-se apenas na evidência, mas nunca na urgência;
- c) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo e só admite revogação até a prolação da sentença;
- d) A tutela de urgência somente pode ser concedida após justificação prévia.

38. Sobre provas, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz apreciará a prova constante dos autos, de acordo com o sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento;
- b) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório;
- c) A confissão judicial pode ser espontânea, mas não provocada;
- d) A prova pericial consiste em exame, vistoria, avaliação e análise.

39. Sobre as normas aplicáveis à Defensoria Pública, assinale a alternativa correta.

- a) A Defensoria Pública sempre gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- b) As despesas dos atos processuais praticados a requerimento da Defensoria Pública serão pagas no momento do requerimento do ato.
- c) O membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- d) Não há dispensa de procuração quando a parte está representada nos autos pela Defensoria Pública.

40. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:

- a) Da audiência de conciliação ou de mediação quando qualquer parte não comparecer. Se as partes comparecerem e não houver acordo, o prazo para contestação será contado da juntada da ata da audiência de conciliação aos autos.
- b) Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.
- c) Da data da citação do réu para o comparecimento em audiência de conciliação ou mediação.
- d) Da data da juntada aos autos do mandado de citação para audiência de conciliação ou mediação cumpridos.

PENAL

41. Em relação ao princípio da intranscendência da pena é proibido que

- a) O tempo total de cumprimento das penas privativas de liberdade ultrapasse 40 anos;
- b) Uma pessoa seja novamente punida no Brasil, se já houver cumprido pena pelo mesmo crime no exterior.
- c) Em caso de concurso de crimes, a pena final aplicável, obtida pelo critério da exasperação da pena de um dos delitos, supere o resultado da soma das penas de cada um deles
- d) O sucessor do condenado pelo crime seja obrigado a reparar o dano causado pelo infrator em valor superior ao que este deixou de herança.

42. Com relação ao princípio da retroatividade de lei nova que deixa de considerar um fato como criminoso

- a) É proibido, conforme a constituição federal de 1988;
- b) Não cessa os efeitos penais da condenação;
- c) Extingue a punibilidade do agente;
- d) Não se aplica a fatos transitados em julgado.

43. Sobre a extinção da punibilidade no Direito Penal. Assina a opção INCORRETA:

- a) Pela prescrição, decadência ou preempção;
- b) Pela renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito, nos crimes de ação privada;
- c) Pela graça e indulto. Exceto, anistia.
- d) Pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.

44. Segundo o Código Penal e os crimes contra a pessoa. Assinale a assertiva correta:

- a) A pena de feminicídio é aumentada de 2/5 se o crime for cometido contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental.
- b) Com relação ao homicídio culposo, a pena de detenção, de um a três anos é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de

regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.

c) Na hipótese de homicídio culposo, o juiz não poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

d) Não será considerado como causa de diminuição de pena se o agente cometer o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

45. Com relação ao concurso de pessoas e de crimes, constantes do Código Penal. Assinale a alternativa correta.

a) O crime continuado só é reconhecido quando em causa crimes da mesma espécie, assim considerados os de idêntico tipo penal;

b) Praticado o crime em coautoria, todos que concorreram à prática delitativa serão punidos de forma idêntica. Apenas ao que, comprovadamente, quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste.

c) No caso de participação de menor importância, a critério do Juiz, a pena pode deixar de ser aplicada;

d) No caso de concurso formal, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, as penas serão aplicadas cumulativamente.

46. Acerca da ação penal pública condicionada, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O direito de representação poderá ser exercido somente pessoalmente

b) Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de representação se não o exercer dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime

c) A representação conterà todas as informações que possam servir à apuração do fato e da autoria.

d) A representação será irretroatável, depois de oferecida a denúncia.

47. Antônia foi vítima de calúnia praticada por Francisca e Rita. Inconformada, Antônia, na mesma semana em que sofreu a calúnia, tomou as providências para que fosse proposta a ação penal cabível, mas o fez apenas contra Francisca, porque Rita era amiga de sua mãe.

Nessa situação hipotética, ocorre

- a) Retratação;
- b) Renúncia;
- c) Perdão;
- d) Perempção.

48. Ao perceber que a vizinha Maria esquecera a porta de sua casa aberta, Joana adentrou o imóvel, de lá subtraindo inúmeros objetos de valor. Sobre a tipificação a ser dada à conduta de Joana, podemos afirmar que se trata de:

- a) Furto;
- b) Roubo próprio;
- c) Apropriação indébita;
- d) Violação de domicílio.

49. Tendo em conta o Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A omissão é penalmente relevante se o omitente, ainda que sem o dever de agir, deixa de evitar o resultado, quando lhe era possível fazê-lo.
- b) O homicídio doloso praticado contra menor de 14 anos enseja causa de aumento de pena, de dois terços.
- c) O emprego de arma de fogo qualifica o roubo, já o uso de arma branca implica causa de aumento da pena, da metade.
- d) Praticar conjunção carnal com a esposa desacordada por ingestão de bebida alcoólica configura estupro de vulnerável.

50. A conduta consistente em subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, de qual resultado morte corresponde ao fato típico do crime de:

- a) Furto qualificado;
- b) Roubo qualificado;
- c) Homicídio simples;
- d) Extorsão qualificada;

51. Constitui crime contra a pessoa:

- a) O latrocínio;
- b) Estelionato;
- c) O dano;
- d) A calúnia.

52. De acordo com o Código Penal, uma lesão corporal é considerada gravíssima caso resulte em:

- a) Aceleração de parto;
- b) Incapacidade temporária para as ocupações habituais;
- c) Perigo de vida;
- d) Perda ou inutilização de membro, sentido ou função.

53. Suponha que um sujeito se passe por policial rodoviário para abordar motoristas numa estrada pouco movimentada e assim cobrar propina para não multar supostas irregularidades encontradas nos veículos. Essa conduta praticada pelo falso policial deve ser tipificada como:

- a) Corrupção passiva;
- b) Concussão;
- c) Estelionato;
- d) Extorsão.

54. De acordo com o Estatuto do Desarmamento (10.826/2003), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) As armas de fogo de uso restrito serão registradas no Comando do Exército, na forma do regulamento desta Lei;
- b) A comercialização de armas de fogo, acessórios e munições entre pessoas físicas somente será efetivada mediante autorização do Sinarm.
- c) O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será precedido de autorização do Sigma;
- d) As armas de fogo utilizadas em entidades desportivas legalmente constituídas devem obedecer às condições de uso e de armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, respondendo o possuidor ou o autorizado a portar a arma pela sua guarda na forma do regulamento desta Lei.

55. Em relação às disposições da Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006), assinale a opção correta.

- a) Independentemente da infração penal praticada, será isento de pena o agente que, em razão da dependência de droga, tenha sido, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente

incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

b) É vedada a concessão de livramento condicional aos crimes previstos na lei em questão.

c) Os crimes de posse de drogas para consumo pessoal e de associação para o tráfico são insuscetíveis de indulto.

d) Diante do rigor normativo para os crimes envolvendo o comércio de drogas, não se admite redução de pena para o acusado, ainda que ele colabore voluntariamente na identificação de outros envolvidos e na recuperação do produto do crime.

PROCESSO PENAL

56. No processo penal, concorrendo 2 (dois) ou mais juízes igualmente competentes, se um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa, a competência jurisdicional será determinada:

- a) Por prevenção;
- b) Por distribuição;
- c) Pela natureza da infração;
- d) Por contigência

57. Dos direitos abaixo elencados, NÃO constitui corolário do princípio do devido processo legal:

- a) Contraditório;
- b) Juiz natural;
- c) Proibição de prova ilícita;
- d) Sigilo do processo.

58. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) Em regra, mesmo o civilmente identificado deverá ser submetido a identificação criminal.
- b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde ela se encontra devem ser comunicados ao juiz competente no prazo de 24 horas.
- c) Ninguém será considerado culpado até a confirmação da decisão condenatória em segunda instância.

d) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

59. No que se refere ao inquérito policial, assinale a opção correta.

a) A característica pública das investigações auxilia na apuração dos fatos e na identificação dos culpados.

b) O inquérito é procedimento dispensável quando o titular da ação penal tiver informações suficientes para propor a ação.

c) O delegado pode arquivar o inquérito quando verificar que o fato criminoso não ocorreu.

d) O inquérito policial é um processo administrativo com valor probatório pleno.

60. Sobre a ação penal de iniciativa privada, assinale a alternativa correta. Conforme o Código Penal brasileiro.

a) Em caso de morte do ofendido, a ação se extingue por falta de interesse processual no prosseguimento da demanda.

b) Ao receber o ofendido indenização do dano causado pelo crime, caracteriza-se renúncia tácita ao direito de queixa.

c) O perdão do único ofendido, quando concedido a qualquer dos querelados, a todos aproveita.

d) Após a sentença condenatória, é admissível o perdão para reversão da decisão do Judiciário.

61. No que se refere ao acordo de não persecução penal, assinale a opção correta.

a) Se, preenchidos os requisitos legais, o Ministério Público se recusar a oferecer o acordo, tal atribuição será transferida ao juiz.

b) Uma das condições legalmente previstas para o acordo de não persecução penal é a imposição de prestação de serviços à comunidade pelo tempo correspondente à pena mínima cominada ao delito reduzida de um a dois terços.

c) Ainda que cabível a transação penal no âmbito dos juizados especiais criminais, admite-se o acordo de não persecução penal por constituir medida mais favorável ao réu.

d) É vedada a imposição do pagamento de prestação pecuniária como condição nos acordos de não persecução penal, haja vista a irrevetibilidade de tal medida.

62. A denúncia será rejeitada quando:

- a) Incabível a prisão preventiva do acusado;
- b) Faltar justa causa para o exercício da ação penal;
- c) O acusado não constituir advogado e for citado por hora certa;
- d) Existente causa que exclua a ilicitude do fato.

63. Conforme o Código de Processo Penal, determinará a competência jurisdicional, EXCETO:

- a) O lugar da infração.
- b) A prevenção.
- c) O domicílio ou residência da testemunha.
- d) A distribuição.

64. Em relação às provas, acerca da prova testemunhal, assinale a opção correta.

- a) O juiz não poderá, em qualquer hipótese, ouvir outras testemunhas além daquelas já indicadas pelas partes.
- b) As pessoas que estejam impossibilitadas, por enfermidade ou por velhice, de comparecer para depor serão inquiridas onde estiverem.
- c) O depoimento deverá ser prestado oralmente, vedando-se à testemunha qualquer tipo de consulta a apontamentos.
- d) Se ocorrer dúvida acerca da identidade da testemunha, o juiz deverá suspender a oitiva e intimar outra testemunha.

65. Assinale a alternativa correta com relação às normas previstas no Código de Processo Penal:

- a) É direito do acusado nomear defensor particular de sua confiança, contudo, poderá o juiz recusá-lo diante da incapacidade técnica do profissional.
- b) Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor.
- c) A ausência do defensor, ainda que justificada, não pode resultar no adiamento da audiência, que seguirá mediante a nomeação de advogado dativo.
- d) Ao defensor público ou dativo é facultado deixar de apresentar manifestação fundamentada, tendo em vista que não tem relação de confiança com o acusado.

DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

66. Acerca da prática de ato infracional e suas consequências jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) A liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses, podendo ser prorrogada.
- b) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, pelo período mínimo de seis meses.
- c) A medida de internação, a ser fixada em prazo determinado de, no máximo, três anos, deve ser reavaliada judicialmente a cada seis meses.
- d) Aplicada a medida de internação, haverá a liberação compulsória aos vinte e um anos de idade.

67. Assinale a alternativa correta que se relaciona ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

- a) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime, infração disciplinar ou contravenção penal.
- b) Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser considerada a idade do adolescente à data de comunicação do fato à autoridade judicial.
- c) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade policial competente.
- d) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

68. Constitui-se também como um dos direitos da criança e do adolescente, conforme o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Escolher entre realizar atividades educativas e realizar trabalhos laborativos.
- b) Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.
- c) Contribuir para as despesas domésticas por meio do trabalho.

d) Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores desde que tenha anuência do Ministério Público.

69. No que diz respeito à adoção, assinale a afirmação FALSA.

- a) O adotante há de ser, pelo menos, 16 (dezesesseis) anos mais velho do que o adotando.
- b) Não podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- c) A adoção independe do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.
- d) Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

70. O instituto jurídico que obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, denomina-se:

- a) Adoção.
- b) Apadrinhamento.
- c) Guarda.
- d) Tutela.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ

71. Considerando a Lei Complementar nº 80/1994. Assinale a assertiva correta que corresponde aos objetivos da Defensoria Pública:

- a) Reduzir a desigualdades sociais; afirmar o Estado Democrático de Direito; Garantir dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- b) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; Reduzir desigualdades sociais; Garantir dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- c) Garantir dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; construir uma sociedade livre, justa e solidária.

d) Afirmar o Estado Democrático de Direito; Garantir a Dignidade Humana; Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

72. De acordo com a Lei Complementar Federal 80/94 e Lei Complementar Estadual 121/2019, a Defensoria Pública Estadual:

- a) Atua na defesa dos direitos individuais, apenas.
- b) Atua na defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, de todas as pessoas.
- c) Atua na defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- d) Atua na defesa de direitos individuais e coletivos de pessoas que recebam apenas um salário mínimo, exclusivamente.

73. De acordo com a Lei Complementar Federal n.º 80/1994, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar Federal n.º 132/2009, o defensor público poderá atuar:

- a) Curador especial quando a parte em uma ação cível for citada por mandado.
- b) Em favor de pessoas jurídicas, desde que estas sejam economicamente necessitadas.
- c) Somente se estiver inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a partir do que terá capacidade postulatória.
- d) Em favor do assistido, desde que este outorgue instrumento de mandato ao Defensor Público para a representação judicial ou extrajudicial.

74. Considerando o disposto expressamente no artigo 4º -A da Lei Complementar nº 80/1994, trata-se de direito dos assistidos da Defensoria Pública:

- a) A representação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
- b) A atuação de entidade conveniada quando verificada a existência de interesses colidentes.
- c) O patrocínio de seus direitos e interesses pelo Defensor natural.
- d) O acompanhamento em inquérito policial quando não constituir advogado.

75. São funções institucionais da Defensoria Pública, EXCETO:

- a) Patrocinar a ação penal privada e a subsidiária da pública.
- b) Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos.
- c) Atuar na preservação e reparação dos direitos de pessoas vítimas de tortura, abusos sexuais, discriminação ou qualquer outra forma de opressão ou violência, propiciando o acompanhamento e o atendimento interdisciplinar das vítimas.
- d) Promover, subsidiariamente, a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos.

76. Inclui-se, entre os direitos dos assistidos da Defensoria Pública expressamente previstos na Lei Complementar nº 80/1994:

- a) O assistido definir a tese defensiva de sua defesa técnica a revelia do entendimento do Defensor Público que lhe defende.
- b) O patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor de sua escolha, desde que em exercício na circunscrição da causa.
- c) A atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.
- d) Receber orientação jurídica em relação a sua demanda quando denegado o patrocínio judicial pelo não reconhecimento de hipossuficiência econômica.

77. Acerca das garantias e prerrogativas conferidas aos defensores públicos estaduais, assinale a opção correta de acordo com a Lei Complementar n.º 80/1994 e suas alterações.

- a) A garantia da independência funcional não afasta o dever do defensor público de comunicar de forma arrazoada ao defensor público-geral eventual recusa de patrocínio de ação judicial manifestamente incabível.
- b) Após dois anos de exercício no cargo, não pode o defensor público perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado, dado que lhe é garantida a vitaliciedade.
- c) A garantia da irredutibilidade de vencimentos dos defensores públicos não alcança a verba salarial relacionada ao recebimento de honorários

sucumbenciais a que fazem jus em razão do exercício de suas atribuições.

- d) Em nome da independência funcional, o defensor público está desobrigado de observar quaisquer normas administrativas do órgão que se relacionem ao exercício de suas atribuições, ainda que visem à regularidade e ao aperfeiçoamento das atividades.

78. De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública e as demais legislações pertinentes, constitui prerrogativa dos Defensores Públicos:

- a) A representação processual imediatamente após a apresentação de mandato.
- b) A contagem em dobro dos prazos processuais, incluídos os ritos procedimentais dos juizados especiais.
- c) Comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, salvo quando estes se acharem presos sob cláusula de incomunicabilidade.
- d) A intimação pessoal, ainda que o Defensor Público esteja presente na audiência que tenha ensejado o ato.

79. De acordo com a posição constitucional da Defensoria Pública, suas limitações impostas ao poder constituinte, e sua autonomia funcional, administrativa e financeira, é correto afirmar que

- a) A posição constitucional das Defensorias Públicas confere-lhes caráter permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, ao passo que impõe a submissão ao estatuto da OAB.
- b) A atuação da Defensoria Pública no âmbito municipal é cumprida com o auxílio dos escritórios modelos das faculdades de direito.
- c) A autonomia administrativa e funcional com relação à Defensoria Pública da União não é similar às Defensorias Públicas dos Estados.
- d) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: assistência judiciária e Defensoria Pública.

80. Segundo a Lei Complementar nº 80/94, aos membros da Defensoria Pública é proibido, exceto:

- a) Requerer, advogar, ou praticar em Juízo ou fora dele, atos que de qualquer forma colidam com as funções inerentes ao seu cargo, ou com os preceitos éticos de sua profissão;

- b) Exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, como cotista ou acionista;
- c) Exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;
- d) Receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais, em razão de suas atribuições.